



Que lugar o jornalismo ocupa na esfera pública atual?

Associação Por Amor às Graças, redes sociais e cobertura da imprensa tradicional

Laura Buarque Cortizo¹

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Somado às facilidades trazidas pelas redes sociais digitais, o distanciamento dos veículos de mídia das pautas cidadãos mais polêmicas – enquanto as vozes institucionais e “cases de sucesso” ganham cada vez mais espaço - compõe a receita perfeita para fazer do jornalismo tradicional um ator social muitas vezes dispensável. Enquanto isso, crescem os movimentos sociais articulados via redes sociais digitais para tirar pautas relevantes do papel sem que para isso precisem da legitimação da mídia tradicional. Este artigo parte da atuação da Associação Por Amor às Graças, no Recife, para problematizar o papel do jornalismo como agente estratégico da esfera pública, sobretudo no que diz respeito às pautas de direito à cidade. Para isso, contaremos com o suporte fundamental de teóricos como Jürgen Habermas e David Harvey.

Palavras-chave: redes sociais digitais; função social do jornalismo; esfera pública; direito à cidade; novo poder.

1. Introdução

Em todo o mundo e no Brasil mais fortemente na segunda década deste novo século, os movimentos sociais que de alguma forma estão ligados à luta pelo direito à cidade sofrem uma profunda transformação impulsionada pelas especificidades da cibercultura. Tendo as redes sociais como destaque, a revolução digital do novo século en-

¹ Mestranda em Comunicação (PPGCOM/UFPE), na linha de pesquisa Mídia, Linguagens e Processos Sociopolíticos. Graduada em 2011, em Comunicação Social – H habilitação em Jornalismo (UFPE). E-mail: laurabcortizo@gmail.com

gendra outras formas de ativismo bem como de articulação de informação e conhecimento, apresentando como resultado fundamental uma cobertura multifacetada e o deslocamento do eixo midiático dos veículos tradicionais – que, aliás, correm para se adequar à nova realidade cibercultural – para centenas, milhares de páginas em plataformas como Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp. Ao que parece, o imediatismo e a complexidade dos pleitos e dos acontecimentos não cabem mais nas páginas do “velho jornal”, fato que, no Brasil, ficou ainda mais evidente com a cobertura das chamadas Jornadas de Junho², em 2013. Desde então, a emergência de veículos alternativos e novos formatos de jornalismo, já nascidos nessa lógica fragmentada e ultraconectada da esfera pública³ atual, vem ganhando destaque e sendo cada vez mais discutida. Ao mesmo tempo, ganha força outra forma de divulgação, informação, articulação e presença social não necessariamente ligada a um modelo de negócio voltado para a notícia ou uma instituição tradicional: a lógica da audiência consumidora e produtora de informação, os chamados prosumers (ANDERSON, 2006), chega aos movimentos sociais pelo direito à cidade, evidenciando em grande medida o esvaziamento do jornalismo tradicional de sua função social de expressão dos interesses dos cidadãos.

Em paralelo a esse movimento de transformação da mídia, vale destacar o urbanismo emergente (HUERTA, 2011) ou de sobrevivência, que, em meio a contextos de crise como o que vivem as cidades brasileiras e latino-americanas, desvia o centro gravitacional do debate e das ações para os habitantes.

O urbanismo emergente ou o planejamento de baixo para cima se diferencia do planejamento urbano por se basear na participação cidadã como ponto importante de construção da cidade. Poderíamos resumir dizendo que o urbanismo emergente realiza uma cartografia do papel dos cidadãos e habitantes como produtores da cidade de baixo para cima, frente à visão do planejamento urbanístico tradicional. Além disso, esta outra prática de urbanismo não é emergente somente por vir de baixo para cima, mas também pelo fato de virem à superfície muitas vezes em contextos de crise (...). (HUERTA, 2011, p. 5)

² Série de manifestações sociais que começaram em São Paulo, atingindo todo o Brasil, com uma pauta de reivindicações marcada pela insatisfação com o poder político-econômico.

³ No conceito de Habermas: “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, P. 92).

A ideia então é utilizar a voz cívica para romper com a lógica do direito à cidade exercido apenas por uma pequena elite, que molda o espaço urbano (HARVEY, 2013). Nesse contexto, a cibercultura e seus efeitos desterritorializantes e reterritorializantes (LEMOS, 2007) apresentam-se como aportes teóricos fundamentais para o entendimento do fenômeno do empoderamento cidadão nos dias atuais. O controle informacional permite que o sujeito inserido nas redes telemáticas se aproprie e interaja com o território. “Não devemos compreender o ciberespaço como um espaço liso, ou apenas como um espaço de desencaixe e de compressão espaço-tempo, mas como lugar de quebra e criação de controle de hierarquia, de territorialização e desterritorialização” (LEMOS, 2005, p. 7). Posta por Deleuze e Guatari, conforme lembra Lemos, a questão da territorialização ganha aqui fundamental relevância a partir do momento em que a luta pelo direito à cidade no contexto da cibercultura embaralha os espaços físicos e virtuais, sendo qualquer estratégia de empoderamento cidadão nesse âmbito condicionada às territorializações e desterritorializações ensejadas pelas novas mídias.

Muitos são os exemplos desse novo ativismo, desde o Occupy Wall Street, passando pelas já mencionadas Jornadas de Junho e incluindo também o movimento Ocupe Estelita⁴, no Recife, que por meio de mobilização via internet e ocupação do espaço, impediu – ao menos até o presente momento – a construção do projeto Novo Recife no Cais José Estelita. De natureza reativa, entretanto, a grande maioria dessas mobilizações, embora possa em alguns momentos ter furado a barreira da invisibilidade local e até internacional, não atingiu os resultados esperados no aspecto prático: a construção de uma cidade que traduzisse os anseios do cidadão e fosse menos refém de interesses políticos e econômicos neoliberais e conservadores.

Já numa perspectiva propositiva, a Associação Por Amor às Graças, que reúne moradores do bairro das Graças, na Zona Norte do Recife, também por meio de mobilização via redes sociais e por articulação de ações no bairro surge como caso que quebra pontualmente a lógica mencionada acima. O grupo não apenas impediu a realização de um projeto que foi de encontro aos interesses dos moradores do bairro como também se mobilizou em torno de uma solução viável de ocupação do espaço, encontrando um

⁴ Movimento contra a construção do complexo imobiliário intitulado Novo Recife no Cais José Estelita, na capital pernambucana, com destaque para mobilização e debate via redes sociais.

consenso e fechando o ciclo de ativismo de forma positiva. A crise e a mobilização, entretanto, mal chegaram às páginas dos jornais ou aos programas telejornalísticos, que limitaram-se a noticiar os resultados, com ênfase na atuação do poder público, revelando seu esvaziamento enquanto agente estratégico de mediação na esfera pública. Neste ponto, vale citar Castells quando destaca que “o mais importante na política midiática não é tanto o que dizem os meios, mas o que eles ocultam: a ausência de mensagens, opiniões e alternativas” (CASTELLS *apud* PRADO, 2015, p. 1).

2. Pelo direito à cidade

Como bem lembra David Harvey, no atual contexto global, o direito à cidade – entendido como o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade – “está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2013). O mesmo Harvey reconhece, entretanto, a existência de “movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores” (HARVEY, 2013). Neste ponto, ele converge para as postulações de Habermas, que defende que “a sociedade civil pode, *em certas circunstâncias*, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial” (HABERMAS, 1997, p. 106).

No Recife, a Associação Por Amor às Graças tem se mobilizado via redes sociais digitais em torno da melhoria da região e do incentivo à vivência do bairro, do empoderamento cidadão. Trata-se da apropriação do potente poder de comunicação das plataformas digitais para estabelecer e otimizar o relacionamento entre os cidadãos em busca da melhoria da sua cidade.

Atuaremos de forma positiva, sem esperar indefinidamente pelo Poder Público, com a realização de campanhas educativas, eventos comunitários e discussões sobre a realização de obras no bairro. (...) Vamos cobrar do Poder Público, o cumprimento das leis e aplicação correta dos tributos na conservação e melhoria do bairro. (FACEBOOK, 2018)

Com uma tradição de envolvimento em questões urbanas que inclui jornalistas, arquitetos e urbanistas, professores, entre outros, o grupo foi surpreendidos com a notí-

cia de que seria construída uma via expressa no bairro, com verba já aprovada e prestes a caducar. O projeto ia de encontro à ideia de bairro que a comunidade defendia, portanto, o grupo se mobilizou para não apenas barrar a iniciativa como também propor uma alternativa viável para a chamada Beira Rio das Graças. Chega-se então ao Projeto Parque Capibaribe, fruto de parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco/Inciti e a Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, que pretende se valer da pouco comum bivalência institucional para tirar do papel os anseios urbanos da sociedade por uma cidade mais amiga do cidadão e do meio ambiente. Com início no já construído Jardim do Baobá, o Parque visa promover diretrizes de articulação entre o Rio Capibaribe e os espaços urbanos, conectando as bordas/margens com equipamentos existentes na cidade e espaços de área verde. A ideia é potencializar essa experiência com o Capibaribe e promover uma mudança de mentalidade da população em relação ao espaço público e suas inúmeras possibilidades de ação (FACEBOOK, 2017).

Nesse cenário, mais intensamente entre os anos de 2016 e 2017, os moradores das Graças se mobilizaram para fazer com que, no lugar de uma via expressa com quatro faixas de rolamento, o conceito do Parque Capibaribe fosse aplicado na área, configurando-se um novo projeto – o que significaria uma via compartilhada, com menos faixas para carros, velocidade reduzida, prioridade para pedestres e ciclistas. Entretanto, mesmo sendo o Parque um projeto da Prefeitura, houve uma resistência por parte do Poder Executivo Municipal, devido a questões burocráticas de aprovação de projetos e prazo de validade da verba federal que já estava aprovada para a área. O projeto esteve prestes a sair do papel com a proposta original e a falta de informações por parte da esfera política contribuiu para que um ambiente de descrédito fosse criado. Instalava-se, assim, o cenário de crise, de tensão entre forças sociais e políticas da cidade. Nesse período, o grupo, além de articular audiências com representantes da Prefeitura para manifestar a preocupação e os interesses do bairro, também promoveu encontros com a equipe do Parque, para que fossem compartilhados de um lado os detalhes técnicos do projeto de Via Parque e do outro os anseios dos moradores para a área, sempre tendo a página do Facebook como meio de comunicação.



Figura 1 - Postagem da presidente da Associação diante do atraso na publicação da licitação

Como o processo se arrastou por um longo período, houve mobilização em fases e momentos distintos. Como revela a Figura 1, a demora na publicação do edital de licitação provocou insegurança nos moradores. E foi, sobretudo, nesse contexto que a pressão exercida pelos cidadãos teve um papel fundamental. Recorremos a Habermas que, sem ignorar as influências que os interesses políticos e econômicos exercem dentro da dinâmica social – limitando o agir comunicativo da esfera pública –, defende a possibilidade de, ao menos em momentos de crise, a sociedade civil pressionar de forma contundente o sistema político.

O certo é, no entanto, que nas esferas públicas políticas, mesmo nas que foram mais ou menos absorvidas pelo poder, as relações de força modificam-se tão logo a percepção dos problemas sociais relevantes suscita uma *consciência de crise* na periferia. E se nesse momento os atores da sociedade civil se reunirem, formulando um tema correspondente e o propagarem na esfera pública, sua iniciativa pode ter sucesso porque a mobilização endógena da esfera pública coloca em movimento uma lei, normalmente latente, inscrita na estrutura interna de qualquer esfera pública e sempre presente na autocompreensão normativa dos meios de comunicação de massa, segundo a qual os que estão jogando na arena devem sua influência ao assentimento da galeria. (HABERMAS, 1997, p. 116)

Assim foi. Depois de muita mobilização, acompanhamento e articulação dos vizinhos, no dia 1 de junho de 2017, o prefeito Geraldo Júlio assinou a ordem de serviço autorizando o início das obras da segunda etapa do projeto Parque Capibaribe, que inclui a urbanização das margens do rio, no trecho de 1 km entre as Pontes da Torre e da Capunga, no bairro das Graças. Em seu discurso, o gestor enalteceu a atuação dos moradores. Mas onde esteve a imprensa - e sua autocompreensão normativa (HABERMAS, 1997) - em todo esse processo?

3. A voz do bairro: redes sociais x imprensa

É certo que o processo de discussão e mobilização dos moradores do bairro das Graças em torno do destino do trecho de margem do Capibaribe não ocorreu apenas nas redes sociais digitais. O espaço público e, sobretudo, as articulações sociais e políticas tradicionais – ligações telefônicas, apuração, solicitação de documentos públicos, reuniões presenciais – tiveram um grande papel na atuação do grupo. E esse foi, possivelmente, um dos aspectos que possibilitaram o resultado positivo da mobilização no caso das Graças. Como lembra Youssef, ecoando as palavras de Jeremy Heimans e Henry Timms, “apesar de todo o progresso do novo poder, ele ainda não está causando muito impacto na superestrutura do velho poder da sociedade. A estratégia mais eficaz para o momento atual talvez seja se tornar ‘bilíngue’, ou seja, desenvolver capacidades tanto do velho como o novo poder” (YOUSSEF, 2018, p. 67).

Nesse sentido, destaca-se o relacionamento entre os vizinhos e a equipe da Universidade Federal de Pernambuco/INCITI, responsável pelo conceito do Parque Capibaribe. A integração dos discursos e o alinhamento de interesses foram aspectos fundamentais para que a Associação tivesse êxito na defesa do bairro que queria. O suporte técnico da equipe acadêmica durante reuniões e eventos no bairro contribuiu para traduzir e equacionar os interesses dos habitantes do bairro, dando subsídios relevantes para as tomadas de decisão. “(...) a sociedade civil, apesar da sua condição assimétrica em relação às possibilidades de intervenção e apesar das limitadas capacidades de elaboração, tem a chance de mobilizar um saber alternativo e preparar soluções *próprias*, apoiando-se em *avaliações técnicas especializadas*” (HABERMAS, 1997, p. 106).

Nesse cenário, o Facebook foi a grande ferramenta de difusão das informações de interesse sobre o projeto e de mobilização em torno do assunto. A ferramenta foi estratégica menos pela dimensão *buzz* gerado – já que tinha alcance restrito ao bairro – e mais pela possibilidade de atualização rápida sobre os acontecimentos. Por meio da plataforma, o grupo não apenas se atualizava sobre o andamento das tratativas como também mobilização dos moradores e interessados para eventos e atuações fora do universo digital. A página foi ainda um espaço para discussão sobre as alternativas a serem apresentadas para o local, configurando um permanente processo de desterritorialização e reterritorialização do debate e exercício de poder.

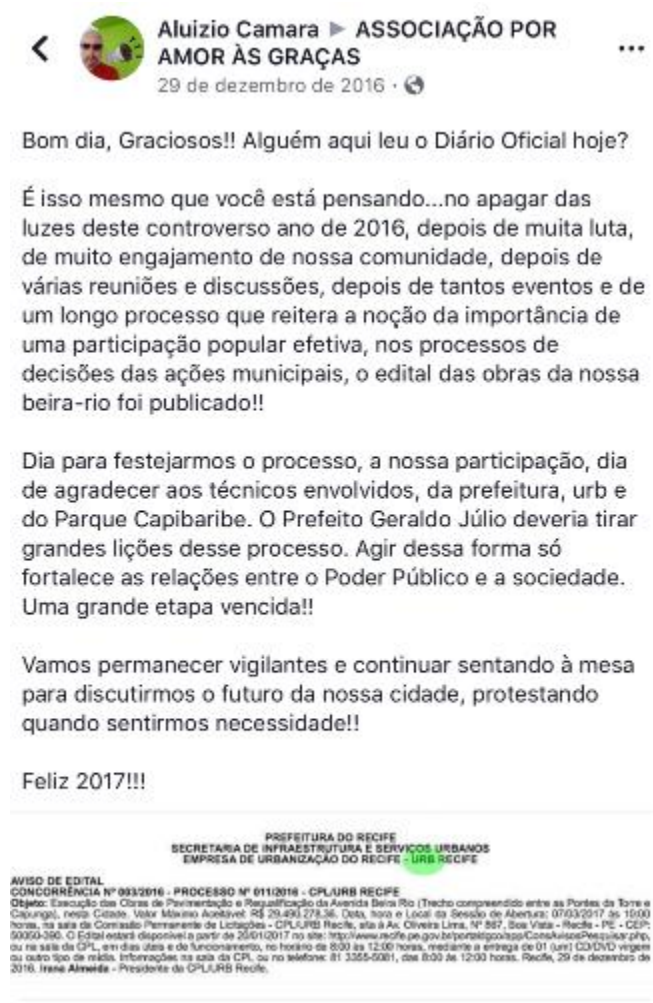


Figura 2 - A publicação do edital foi imediatamente postada na página, com destaque para o reconhecimento da mobilização dos moradores

Tal articulação insere-se de forma natural no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2005), da cultura da conexão (JENKINS, 2014) e do ciberativismo que recentemente tem sido investigado por alguns autores dentro e fora do Brasil. “O ciberativismo surge em resposta a uma necessidade de abrir um canal para informar alternativas fora do interesse homogeneizante da mídia ‘mainstream’. Por isso, é necessário que surjam canais capilares, descentralizados para os discursos não instituídos” (PRADO, 2015, p. 102). Trata-se de uma tentativa de democratizar o agir comunicativo dentro da esfera pública, criando alternativas para os já questionados veículos tradicionais.

O que inquieta, entretanto, é a notável miopia dos veículos do *mainstream* sobre esses temas – embora exista uma crescente tendência de monitoramento de redes sociais por parte das redações em busca de pautas. De acordo com a autocompreensão normativa dos meios levantada por Habermas, em uma sociedade democrática com esfera pública equilibrada, “os meios de massa devem situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e criticar, devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz desses temas” (HABERMAS, 1997, p. 112). Também neste ponto, vale recorrer à Traquina (2005), que descreve o jornalismo como “quarto poder”, por sua capacidade de investigar os demais poderes e divulgar fatos e informações que viabilizam o exercício da democracia. Destaca-se, ainda, a teoria da responsabilidade social do jornalismo desenvolvida nos Estados Unidos pela Comissão Hutchins segundo a qual a imprensa deve “proporcionar ‘um relato verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos diários dentro de um contexto que lhes dê significado’” (MORETZSOHN, 2002).

Não foi o que se viu na cobertura da atuação da Associação Por Amor às Graças. Mesmo se tratando de um tema que estava sendo discutido nos bastidores do poder executivo local, o assunto foi na maioria das vezes abordado de forma institucional, apenas como forma de atualizar a agenda pública sobre as decisões do poder público municipal, as etapas públicas do processo, sem observar ou acompanhar o papel do grupo para a mudança no projeto. O enquadramento institucional pode ser observado em detalhes como ausência de falas dos moradores ou falas colocadas no final da notícia, bem como o protagonismo das fontes do poder público e erros básicos de informação nas matérias

veiculadas, como no caso comentado na Figura 3, que faz referência a uma matéria sobre a Via Parque que usava imagem do projeto de Via Expressa.



Figura 3 - Moradores comentam o erro do jornal e respondem colocando a foto do projeto correto

Sem investigação ou questionamento por parte dos jornais, o trabalho de apuração ficou mesmo restrito aos moradores do bairro que, praticamente em um exercício de jornalismo investigativo, colheram as informações sobre a tramitação do processo de liberação e utilização da verba, dados necessários para a atuação estratégica do grupo. A inquietação e os questionamentos sobre os prazos estourados identificados no grupo do Facebook ficam fora das matérias sobre o tema ou, nas raras vezes em que são citados, não são problematizados, nem trazem a resposta do poder executivo sobre os pleitos – os dois polos do debate são tratados de forma isolada e praticamente não se encontram falas técnicas por parte da universidade, por exemplo. O que se vê são relatos muitas vezes descontextualizados das etapas anunciadas pelo poder público, sem qualquer investigação, confronto de versões ou abordagem crítica dos fatos. Chama atenção o destaque dado às fontes institucionais. Em geral, a voz dos moradores surge como forma a legitimar a ação do poder público e não de questioná-lo.

Um exemplo dessa invisibilidade, é o fato de que, no dia seguinte à assinatura da ordem de serviço que autorizava a construção da chamada Via Parque, matéria do Diário de Pernambuco sobre o assunto cita a população de forma pontual, mas não inclui fala de nenhum dos moradores. Limitando-se ao factual e ao institucional, o jornalismo local abstém-se de fornecer à audiência informações necessárias para a formação de opinião consistente acerca da cidade e seu planejamento pelo poder público.



Figura 4 - Matéria publicada no Diário de Pernambuco no dia seguinte à assinatura da ordem de serviço por parte do prefeito. O texto não traz fala de moradores

O descompasso entre a abordagem dos veículos tradicionais de mídia⁵ e a comunicação entre os cidadãos nos leva mais uma vez a Habermas e seu comentário sobre o “peculiar caráter autorreferencial da prática comunicacional da sociedade civil”.

⁵ Fundado em 7 de novembro de 1825, o Diário de Pernambuco é o mais antigo periódico em circulação da América Latina.

E quanto mais se prejudica a força socializadora do agir comunicativo, sufocando a fagulha da liberdade comunicativa nos domínios da vida privada, tanto mais fácil se torna formar uma massa de atores isolados e alienados entre si, fiscalizáveis e mobilizáveis plebiscitariamente. No entanto, as garantias dos direitos fundamentais não conseguem proteger por si mesmas a esfera pública e a sociedade civil contra deformações. Por isso, as estruturas comunicacionais da esfera pública têm que ser mantidas intactas por uma sociedade de sujeitos privados, viva e atuante. (HABERMAS, 1997, p. 102)

4. A alternativa do jornalismo hiperlocal

O esvaziamento do jornalismo tradicional do seu papel de agente social fica ainda mais claro se compararmos o enquadramento dado pelos principais veículos do Estado com aquele adotado pelo portal PorAqui. Com a proposta de ser um veículo alternativo à visão global já apresentada pelos jornais da região e apostando no jornalismo hiperlocal, o PorAqui acompanhou detalhadamente envolvimento dos moradores no processo de mudança do projeto. O veículo divide-se em seções voltadas para bairros ou áreas da cidade e os textos são escritos geralmente por um jornalista morador da área. Isso explica o porquê de uma abordagem mais “próxima da realidade local” e do protagonismo dos moradores, indicando uma expressão dos assuntos de interesse do cidadão.

No caso da luta da Associação por Amor às Graças, as matérias destacavam a atuação e a cobrança dos moradores, com atualizações mais sistemáticas sobre o andamento do imbróglio entre a Prefeitura e os moradores. Mesmo sem um perfil investigativo claro, as matérias traziam tanto a voz do poder público quanto a dos moradores. Repórteres responsáveis pela cobertura da área valeram-se das redes sociais para interagir com os moradores e, em algumas oportunidades, compartilharam por meio do grupo do Facebook o conteúdo produzido pelo portal sobre temas de interesse da comunidade. Em um dos momentos de definição sobre o caso da Beira Rio das Graças – a mesma assinatura noticiada pelo Diário de Pernambuco em 2 de junho de 2017 – o reconhecimento do papel dos moradores teve destaque.

Geraldo Julio assina ordem de serviço, e obra do Parque Capibaribe tem início imediato



por
Paula Melo

publicado em
01/06/2017

10

Um palanque montando no final da Rua das Pernambucanas, na manhã da quarta-feira (31), indicava que alguma coisa importante aconteceria ali. O céu dera uma trégua. Junho amanhecera ensolarado. Um bom sinal, aparentemente.

A quinta-feira (1) entraria para a história do bairro das Graças. O prefeito Geraldo Julio assinava, ali, na frente de todos, a ordem de serviço da obra da segunda etapa do Parque Capibaribe – Caminho das Capivaras, que teria início naquele dia mesmo.

Os moradores da localidade, principalmente os integrantes da Associação por Amor às Graças, não conseguiam esconder a felicidade. Não havia dúvidas – até o prefeito reconheceria em sua fala – eles eram os responsáveis por tornar o projeto mais humano.

Figura 5 - Matéria publicada no PorAqui, ressaltando a participação dos moradores no processo

Não se trata de apresentar o jornalismo hiperlocal como solução de um jornalismo menos comprometido e mais conectado com o dia a dia das cidades e vizinhanças - mesmo porque, interesses econômicos e limitações de produção também podem ser identificados nesses casos, além disso, bolhas hiperlocais por elas mesmas podem alimentar um movimento de alienação da audiência quanto à macrotemas políticos e econômicos importantes para os sujeitos enquanto cidadãos. Entretanto, junto com outros formatos emergentes (a exemplo da Mídia Ninja⁶ durante as Jornadas de Junho), o jornalismo hiperlocal pode nos indicar caminhos nessa complexa busca de reconstruir as bases sociais do fazer jornalístico numa sociedade fragmentada e hiperconectada. Trata-se de buscar uma interseção possível entre passado e futuro, entre novo e velho poder.

5. Considerações finais

Em uma primeira análise, o caso da mobilização dos moradores das Graças e da repercussão do caso na imprensa local, vem confirmar o distanciamento da mídia tradicional do seu papel social, quando deveria dar espaço à voz cívica da sociedade civil e

⁶ Coletivo que surgiu na esteira das grandes manifestações que se espalham pelo Brasil em 2013, com seu modelo de transmissão dos acontecimentos “sem corte e sem censura”, ao vivo direto das ruas. A sigla significa “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”.

exercer papel investigatório diante do poder público. Ao abster-se de abordar, problematizar e contextualizar a mobilização do bairro e seus reais motivos, a imprensa local limitou ao bairro uma discussão que poderia contribuir para o exercício democrático em toda a cidade. Esse confinamento é corroborado pelo jornalismo hiperlocal. Não é fácil encontrar na cidade quem tenha acompanhado o imbróglie e tenha tomado conhecimento do poder mobilizador dos moradores em questão.

É interessante perceber ainda que, no caso das Graças, houve uma espécie de sistema de freios e contrapesos⁷ – numa associação com a separação dos poderes no Brasil – em que forças de três ordens estiveram tensionadas e mobilizadas, quais sejam: Associação Por Amor às Graças, Prefeitura da Cidade do Recife e Universidade Federal de Pernambuco. Cada uma delas cumprindo um papel específico na esfera pública, em uma luta por influência, um jogo de forças que resultou positivo para a cidade. Nota-se, entretanto, que não há lugar para a imprensa nessa triangulação, seja porque os tempos mudaram e o agir comunicativo da esfera pública encontra-se pulverizado em outros canais, seja devido à abstenção dos veículos de mídia em aprofundar questões políticas e sociais que possam ser de alguma forma mais polêmicas ao colocar em xeque interesses do poder público – que aparece nas matérias como único protagonista do processo enquanto a voz cívica dos moradores fica restrita a algumas poucas linhas.

Por fim, consideramos relevante ressaltar que, em que pese a neutralidade da imprensa no desenrolar dos fatos, é possível identificar na ação da Associação Por Amor às Graças uma atuação bilíngue, onde a lógica do novo poder somou-se à compreensão do funcionamento do velho poder na cidade. As redes sociais foram um importante veículo para a articulação e a divulgação das ações, mas a articulação política, as reuniões comunitárias e a busca por informações de ordens legais e técnicas foram instrumentalizadas com igual relevância. É certo que muitos foram os fatores políticos e econômicos que possibilitaram um desfecho positivo da referida mobilização cidadã, como também é fato que a mudança efetiva das relações entre a cidade, o cidadão e a esfera política passa pela reinvenção estrutural do sistema social. O caso da Via Parque

⁷ A tripartição dos poderes prevista por Montesquieu em seu “O Espírito das Leis” é adotada no Brasil em um sistema que recebe por juristas a definição de “freios e contrapesos”. Por esse sistema cada um dos três poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - é independente e possui uma função diferente e indelegável, de forma a equilibrar o exercício do poder no País.

das Graças, entretanto, lança luz a novos caminhos e possibilidades para o (ci-ber)ativismo, transformando-se em exemplo de efetividade do diálogo entre a lógica do novo poder e antigas demandas da sociedade civil por uma gestão mais democrática do espaço urbano.

6. Referências

ANDERSON, Chris. **A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho**. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2006.

ASSOCIAÇÃO POR AMOR ÀS GRAÇAS. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/poramorasgracas/about/>> Acesso em 15 de julho de 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede. A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Capibaribe terá sua Via Parque**. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/06/02/interna_vidaurbana.706915/capibaribe-tera-sua-via-parque.shtml> Acesso em 28 de agosto de 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entra facticidade e validade – volume II**. Tradução por Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**. Edição 83. Julho de 2013. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>> Acesso em 15 de setembro de 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. Tradução Patricia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

HINE, C. **Virtual Methods and the Sociology of Cyber-Social-Scientific Knowledge**. Oxford: Berg, 2005.

HUERTA, Tania. **Procesos participativos hacia la definición de un urbanismo emergente**. 2011. Disponível em: <<https://tamaghue.files.wordpress.com/2011/03/procesos-participativos-hacia-la-definicion-de-un-urbanismo-emergente.pdf>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

LEMONS, André. Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. In: MÉDOLA, Ana Silvia; ARAÚJO, Denise; BRUNO, Fernanda (orgs). **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007, p. 277-293.

MORETZSOHN, Sylvia. **O jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

PARQUE CAPIBARIBE. Facebook. Disponível em:
< https://www.facebook.com/pg/parquecapibaribe/about/?ref=page_internal > Acesso em 15 de setembro de 2017.

POR AQUI. **Geraldo Julio assina ordem de serviço, e obra do Parque Capibaribe tem início imediato.** Disponível em: < <https://poraqui.com/gracas/geraldo-julio-assina-ordem-de-servico-e-obra-do-parque-capibaribe-tem-inicio-imediato/> > Acesso em 29 de agosto de 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** In Traquina, Nelson. Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2004-2005. 2ª ed. Florianópolis. Insular, 2008. 2v

YOUSSEF, Alê. **Novo Poder: Democracia e Tecnologia.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.